



Recebido: 31/01/2023 | Revisado: 18/03/2023 | Aceito: 02/02/2024 | Publicado: 01/03/2024

This work is licensed under a
Creative Commons Attribution 4.0 Unported License.

DOI: 10.31416/rsdv.v12i1.442

Currículo: um recorte analisado historicamente na ação do Estado

Curriculum: a section analyzed historically in State action

MANUEL, T. J. Especialização Lato Sensu/Pedagogia, História e Filosofia.

Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Poços de Caldas. Avenida Dirce de Pereira Rosa, 300 - Poços de Caldas - Minas Gerais - Brasil. CEP: 37.713-100 / Telefone: (35) 3697.4950 / E-mail: tiago.manuel@alunos.ifsuldeminas.edu.br

MOREIRA, R. M. A. Graduação/Pedagogia.

Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Poços de Caldas. Avenida Dirce de Pereira Rosa, 300 - Poços de Caldas - Minas Gerais - Brasil. CEP: 37.713-100 / Telefone: (35) 3697.4950 / E-mail: rosnelli.moreiral@alunos.ifsuldeminas.edu.br

RESUMO

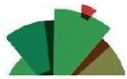
Este artigo aborda uma análise histórica do currículo brasileiro e investiga como a fragmentação dos conteúdos tem interferido na qualidade do ensino ofertado. A busca por uma educação de qualidade é tópico de todas as campanhas políticas e apoiadores das mesmas, também a idealizam, mas esta visão é tendenciosa para interesses próprios ou de merchandising, o que limita parte da prática educativa para atender a estes e também a demanda do mercado de trabalho, fatores que dividem os saberes de acordo com a necessidade do momento vivenciado pela comunidade escolar. Na coleta de dados qualitativos sobre o assunto pode-se compreender que o ensino integrado surge como uma forma de mudança desta realidade, quando adota a pedagogia marxiana que tenta mitigar a luta de classes e oportunizar todos igualmente na concorrência por espaço na disputa pelos postos de trabalho.

Palavras-chave: Classe dominante. Omnilateralidade. Qualidade de ensino. Mercado de trabalho.

ABSTRACT

This article approaches a historical analysis of the Brazilian curriculum and investigates how the fragmentation of the contents has interfered in the quality of the education offered. The search for quality education is a topic of all political campaigns and their supporters also idealize it, but this vision is biased towards self-interest or merchandising, which limits part of the educational practice to meet these and also the demand of the public. labor market, factors that divide knowledge according to the need of the moment experienced by the school community. In collecting qualitative data on the subject, it can be understood that integrated teaching emerges as a way of changing this reality, when it adopts the Marxian pedagogy that tries to mitigate the class struggle and provide everyone equally in the competition for space in the dispute for jobs.

Keywords: Dominant class. Omnilaterality. Teaching quality. Labor market.



Introdução

A educação brasileira foi permeada em diversos momentos por mudanças que impactaram a qualidade do ensino, em virtude da hegemonia de poder das classes dominantes, é possível caracterizar alguns momentos históricos, mais marcantes: na época colonial com os jesuítas, a Era Pombalina priorizando a Coroa Portuguesa, Brasil Império, Brasil República e Ditadura Militar.

A ação jesuítica no Brasil foi a primeira forma de educação, pois tinha como objetivo auxiliar na colonização do novo mundo descoberto pelos portugueses e de “amansar” os povos nativos (índios) deste território para a exploração dos produtos naturais encontrados aqui, além do diálogo entre exploradores e explorados, de forma amistosa e menos agressiva possível, enfim deveria “sobrepor-se a esse contínuo entrecchoque e manter uma atitude fundamental de imparcialidade, sem quebra da fidelidade devida à matriz da cultura europeia e cristã, para melhor poder aproximar essas culturas e integrá-las numa nova e coesa realidade social”. (MATTOS, 1958, p. 301).

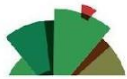
A forte tendência religiosa, de que tudo era feito em nome de Deus, gerou o processo de catequização dos índios, ou seja, a doutrinação dos indígenas para o ideário da coroa portuguesa, as mulheres nas missas, e os homens nas escolas. E por muito tempo a Companhia de Jesus teve grande relevância neste período, não só pela disseminação dos interesses do rei, como pelos colégios que fundou e manteve, até se indispor com o monarca.

Enfim, o Brasil no decorrer da história passou por transformações dantescas quanto ao currículo e a forma de ensinar, pois de início as instruções eram básicas e com o passar do tempo houve a necessidade de melhoria forçadamente ou para manter a hegemonia da classe dominante, apesar do ensino ter se tornado mais acessível aos menos abastados. O que vai se ensinar, em parte, demanda da “clientela” que frequenta a instituição, as escolas mais tradicionais mantêm um sistema de ensino muito parecido com a educação jesuítica, com uma rigidez no ensinar e no comportamento, enquanto que as “populares” buscam dialogar com as novas metodologias de ensino e aprendizagem, que por vezes não são bem compreendidas ou deturpadas na ânsia de fazer com que elas fossem exitosas, frente ao despreparo dos professores.

Desenvolvimento

A pedagogia jesuítica, Ratio Studiorum, teve em primeira instância um rigor nos estudos e disciplina, e posteriormente, com a ascensão dos latifúndios a rigidez foi flexibilizada para que suas vontades fossem atendidas, por se tratarem uma das primeiras classes sociais dominantes em solo brasileiro. É necessário frisar que a Igreja fez o seu papel, como durante séculos a fio, separando a sociedade entre aqueles que são feitos para fazer/trabalhar e os que são voltados para o pensamento, ao conhecimento “acadêmico”.

O rei de Portugal nomeou Marquês de Pombal para comandar politicamente a colônia, e desta forma a educação foi incluída, pois os padres já não atendiam aos anseios portugueses por



terem parte do poder político e econômico. Com a educação Pombalina, os colégios dos jesuítas se transformou em escolas para a elite e o ensino ofertado pelo governo se voltava para as pessoas mais comuns que buscavam conhecimento, neste momento é possível referenciar a separação do ensino de qualidade para os mais abastados e o popular que fica para a massa popular, entendidos atualmente e de forma genérica, como a educação privada e pública. O ensino foi enfraquecido com a instituição das aulas régias, que eram disciplinas isoladas por não ter uma ligação com conteúdos pré-apresentados, ou seja, o que era ministrado era uma aprendizagem elementar/básica.

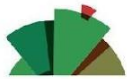
Com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, mudanças no ensino foram feitas para se adequar ao que era ofertado na Europa; universidades, biblioteca e escolas foram criadas para que a nova elite dominante mantivesse a qualidade de vida e de educação de sempre. Mas a maior mudança até o período Republicano, foi no Brasil Império, quando Dom Pedro II, o imperador, dedica parte de sua política à educação, principalmente, com a questão de ter um neto surdo, e assume a instrução pública como obrigatoriedade do Estado, inclusive com a Constituição de 1824 instituiu a Comissão de Instrução Pública da Assembleia.

A proposta de alteração do currículo escolar na época era oferecer um ensino gradativo, de acordo com as necessidades e demandas, que após as primeiras letras (instrução básica), haveria o primeiro grau que compreendia crianças dos 9 aos 12 anos de idade e ser amplamente difundido em território nacional. Em 1826 foi proposto “quatro graus: pedagogias, liceus, ginásios e academias, sendo que o ensino dos liceus poderia, em vez de se articular com o dos ginásios, ser apenas prolongado em escolas subsidiárias.” (PERES, 2005, p. 5)

Neste período, a educação brasileira passou por várias modificações de nomenclatura, divisões entre o público e o que atualmente é denominado privado, criado o 2º grau ou o ensino secundário, e os cursos profissionalizantes com a transmissão do conhecimento de Artes e Ofícios, além do início das escolas agrícolas. A distância entre as classes sociais, diante da educação, foi dirimida de certa forma, pois o acesso ao ensino superior foi facilitada pela oferta de ensino gratuito e próximo ao de colégios tradicionais, como os da ordem religiosa da Companhia de Jesus.

A preocupação com a melhoria da qualidade do ensino público brasileiro, em específico, nos dois primeiros ciclos do ensino fundamental preocupa toda a comunidade escolar (pais, alunos e profissionais da educação). Os professores envolvidos diretamente com o processo de ensino e de aprendizagem precisam contar com o apoio da família e dos especialistas da educação para realizar um projeto pedagógico eficiente. Ainda que muitas vezes essa rede de apoio não seja plenamente visível para a família, ela se faz presente na figura do supervisor escolar. Todavia, esse especialista da educação, muitas vezes é visto apenas como um controlador burocrático do processo pedagógico pelos professores aos quais deve dar apoio pedagógico. (ALARCÃO, 1996)

O compromisso pedagógico dos profissionais da educação exige a constante busca de conhecimentos compartilhados com os alunos, em um viés de reciprocidade, em que o sucesso deste processo pedagógico viabiliza o próprio sucesso do educando na vida escolar. Em pleno século XXI ainda acredita-se na educação escolarizada como forma de preparação para o exercício da cidadania e das atividades econômicas que garantam a sobrevivência de todos, na vida social, e neste patamar o papel da supervisão escolar é solicitada a contribuir para a regulação,



compreensão, renovação e direcionamento do processo pedagógico, o que a coloca frente a redefinição da qualidade da educação, e instaura um elo de corresponsabilidade para êxito deste, entre supervisor e gestor educacional.

Após a educação ficar a cargo do Estado, com a expulsão dos jesuítas do país, mais precisamente com a independência do Brasil, a supervisão escolar teve relevância e implantou-se um sistema de ensino público mais organizado, com ação fiscalizadora. Segundo Couto Ferraz apud Saviani (2002, p.23), burocraticamente, “estabeleceu como missão do inspetor geral supervisionar, seja pessoalmente, seja por seus delegados ou pelos membros do Conselho Diretor, todas as escolas, casas de educação, estabelecimentos de instrução primária e secundária”.

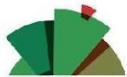
O eixo institucional foi engendrado com a ênfase em uma gestão democrática apoiada em processos de descentralizações administrativas que progressivamente alcançariam certa autonomia tanto no gerenciamento quanto na elaboração das propostas pedagógicas das escolas. O segundo eixo, o pedagógico, enfatizou a profissionalização da ação educativa com vistas a melhorar os níveis globais de qualidade das aprendizagens, “definindo os conteúdos e métodos de ensino e a organização necessária dessa qualidade”. Esse segundo eixo reconhece os limites da formação do profissional da educação e propõe a reformulação dos cursos de pedagogia com base no desenvolvimento das pesquisas e novos métodos e técnicas pedagógicas destinadas ao ensino fundamental.

O currículo é compreendido, comumente, em três: o formal que são os conteúdos normatizados para cada curso e/ou ano escolar, o real são as adaptações do que se vai ministrar e a forma como se dará e o oculto que são os conhecimentos culturais e socioemocionais. Ainda, tem-se o currículo comum que é abordado na maioria das escolas e o integrado que articula os conteúdos entre si e tem como base a pedagogia marxiana, o qual será abordado a seguir de maneira elucidativa.

Material e métodos

Esta pesquisa tem por base analisar referências bibliográficas sobre a questão do currículo é a metodologia utilizada neste artigo para coleta de dados qualitativos da pesquisa, e responder ao questionamento de quanto o processo histórico é uma vertente para um currículo integrado. A historicidade da sociedade e da humanidade são determinantes para o currículo formal, real e oculto, os quais levam a investigar a história como propagadora do conhecimento e determinante da cultura de uma população.

Esta é uma realidade que é pauta de discussão e entendimento do enfraquecimento na qualidade do ensino brasileiro, que se perdeu em meio a tantas metodologias, pedagogias, teorias e regulamentações que tentam melhorar um ensino que prioriza, em sua essência, as necessidades da classe dominante ou àqueles que buscam a cada dia mais conhecimento, além do que é considerado básico para se ensinar. Pensar no termo Educação Básica remete a uma simplificação do que deve ser transmitido.



Resultados e discussão

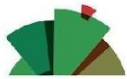
A educação brasileira sempre foi permeada por mudanças em virtude do atendimento ao que a classe dominante e os políticos almejam, enquanto que os profissionais argumentam que deveria haver uma base curricular comum principalmente após a promulgação da Constituição Federal em 1988. Em primeiro momento é pelas dimensões continentais do nosso país e depois para que o professor tivesse um “norte” sobre o que ensinar, pois com a sistematização do conhecimento e as exigências dos novos postos de trabalho foi preciso priorizar quais conteúdos programáticos deveriam ser ensinados, e cursos profissionalizantes foram criados para a demanda do mercado capitalista.

O currículo no Brasil é muito discutido em virtude das vertentes pedagógicas que influenciam na sua elaboração e aplicação, com tendências positivistas que justificam a descontinuidade/fragmentação de conhecimentos e a sua própria descaracterização do que seria etimologicamente seu significado: caminho da vida, sentido/rota de uma pessoa ou grupo. E muitos teóricos discutiram e, ainda, discutem acerca da amplitude que permeia o processo de ensino e aprendizagem e o define como subdividido em 3 partes: o currículo formal - aquele que é programado a ser dado em território nacional, o real - aquele que é aplicado em sala de aula, de acordo com a demanda dos discentes e da sociedade, e o oculto - aquele que é desenvolvido a partir do conhecimento empírico de um indivíduo, da turma ou da sociedade. Ambos têm sua importância e coexistem, por se tratar de conteúdos necessários para a formação humana.

A fragmentação do currículo colocando habilidades e competências em vertentes diferentes, em que há indivíduos que possuem habilidades, mas tem competência para exercer determinadas atividades, ou o inverso possui competência, mas lhes falta as habilidades para aperfeiçoá-la.

O ensino é pautado no trabalho, por ser a base de toda a atividade humana e pelo fato do ócio dar início às instituições para suprir a ociosidade, na Grécia Antiga, e atualmente, elas são o requisito básico para o mundo do trabalho. A relação da ociosidade com o trabalho permeou as sociedades “civilizadas”, elas coexistem, mas eram distintas, e agora há uma interdependência no sentido de que o período vago da vida para se preparar a algum ofício. Assim, a educação institucionalizada, após da Revolução Industrial, passa por um processo de adequação às demandas do comércio capitalista, com mão de obra especializada para sua função.

É preciso lembrar que a forma de produção capitalista nas indústrias é no estilo de linha de produção (divisão do trabalho), cada um faz uma parte do produto e somente quem está na linha final é que consegue perceber o que ajudou a produzir, ou seja, um não sabia o que o outro fazia, e desta forma foi com currículo, alguns conhecimentos contextualizados voltados para uma determinada exigência do mercado, o denominado currículo utilitarista (RAMOS, 2002). Este tipo de ensino não precisa trabalhar competências, apenas habilidades essenciais à função que exercerá, como técnico de contabilidade, em suma tem de saber realizar cálculos sem mesmo conhecer a Matemática mais aprofundada, e assim por diante nas diversas áreas e cargos.



Ramos (2002) analisa o currículo integrado do Ensino Médio ao Ensino Técnico, como forma de evitar esta fragmentação, vez que a descontinuidade dos conhecimentos se faz mais nesta modalidade de ensino por se tratar de uma demanda imediata de trabalhadores com especialização, e a qual é mais popular, ou seja, mais próxima da maioria das pessoas que procuram uma formação para o mercado de trabalho.

Todo método e o currículo foi pautado em uma projeção positivista até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que trouxe um alento a forma de pensar e uma luz no fim do túnel, quanto às metodologias, formação e currículo, que não foi tão satisfatória para a questão de balizar um currículo uníssono e comum a todas as unidades federativas, devido ao “ideário que predominou em nossa sociedade nos anos de 1990, a função da escola estaria em proporcionar aos educandos o desenvolvimento de competências genéricas e flexíveis adaptáveis à instabilidade da vida, e não mais o acesso aos conhecimentos sistematizados” (RAMOS, 2002, p. 112).

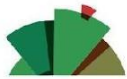
O currículo integrado é algo defendido há muito tempo por estudiosos e profissionais da educação que defendem o entendimento num todo do conhecimento, através de estratégias interdisciplinares e interligando os assuntos em comum nas diversas áreas do conhecimento e componentes curriculares. A utilização do termo integrado, segundo a autora, remete a unicidade dos campos, e que Bernstein (1988) o considera como nivelador de saberes, quando esta ideia diminui a hierarquização e dogmatização do conhecimento transmitido.

A integralidade do currículo se baseia em princípios filosóficos que consideram o ser humano como histórico e social, produtor de sua própria história/conhecimento e de suas relações sociais, outro é da totalidade do que é real a compreensão do todo no conhecimento, e de compreender o conhecimento através da análise, síntese e reprodução dele. Desta forma a Pedagogia das competências tão disseminada e que em sua teoria prega que o indivíduo deve ter competência para o trabalho, esqueceu de trabalhar as habilidades necessárias para realmente ser competente, prevalecendo mais uma vez a fragmentação dos saberes e, em consequência, o mecanicismo pregado na Educação Profissional.

O princípio do trabalho foi permeado pela limitação de sua função, ou seja, a pessoa deveria saber o essencial para desempenhá-la, e com a instauração do currículo integrado este princípio foi resignificado pelo processo histórico e ontológico da humanidade, em específico, pela sociedade em que a instituição está inserida. Em síntese, a autora explana que a formação integral do ser humano em sua escolarização perpassa o social, o psíquico, o emocional e a historicidade até o momento, e que a formação geral e específica se diferem da integral pelo fato de separar os conteúdos a serem estudados.

Conclusões

A análise do processo histórico dos esforços feitos pelo Estado demonstra que a visão patriarcal pautada nos interesses dominantes é uma realidade desde a época do pré-colonialismo



até o momento, e a educação bancária perdurou por séculos e ainda tem raízes na formação muitos profissionais, que aos poucos se aperfeiçoam e entendem que a metodologia deve mudar. Este resgate teve o intuito de discutir e entender o enfraquecimento na qualidade do ensino brasileiro, que se perdeu em meio a tantas metodologias, pedagogias, teorias e regulamentações que tentam melhorar um ensino que prioriza, em sua essência, as necessidades da classe dominante ou àqueles que buscam a cada dia mais conhecimento, além do que é considerado básico para se ensinar.

Com a análise de artigos de teóricos como Peres e Rocha com a pedagogia cidadã, as quais constatarem historicamente como a educação brasileira foi tratada e analisada pelo governo político-social. Ramos aborda em sua obra como a pedagogia marxiana contribui para dirimir o enfraquecimento do ensino por meio da continuidade dos conhecimentos apresentados, através da interdisciplinaridade de saberes. Nesta análise metodológica foi possível observar que

Os currículos constituem o instrumento mais significativo da intervenção do Estado no ensino, o que implica sua interferência, em última análise, na formação intelectual da clientela que frequenta os bancos escolares para a prática da cidadania, no sentido que interessa aos que se encontram representados no poder. (SUSSEKIND apud ABUD, K., In: BITTENCOURT, C., 1998, p. 28.)

A educação brasileira se encontra sucateada pelas tentativas do governo de promover um ensino pautado, ainda, na demanda que exige o mercado de trabalho com profissionais cada vez menos qualificados intelectualmente, pois a fragmentação dos conteúdos se faz e refaz com as mudanças curriculares, principalmente, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O princípio educativo é voltado para uma mão de obra qualificada, como já era no período do Tecnicismo no Brasil, e os saberes são correlacionados ao curso ou o que requer as empresas.

Assim, o ensino integrado é uma opção plausível ao refletir sobre sua pedagogia marxiana e suas práticas pedagógicas interligadas entre si e articuladas tanto com o conhecimento acadêmico quanto com a exigência do mercado e as inteligências socioemocionais. Este tipo de ensino ainda ressalta e valoriza o ser humano em sua integralidade, além de amenizar o impacto socioeconômico das classes dominantes.

Referências

MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da educação no Brasil: o período heroico. (1549-1570)**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1958.

PERES, Tirza Regazzini. **A Educação no Império**. IN.: PALMA FILHO, J. C. *Pedagogia Cidadã - Cadernos de Formação - História da Educação - 3. ed.* São Paulo: PROGRAD/ UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 29-47. Disponível em: 2. *Educação Brasileira no Império.pdf* (ifes.edu.br)

RAMOS, M. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradição*. São Paulo: Cortez, 2002.



MANUEL, T. J.; MOREIRA, R. M. A. Currículo: um recorte analisado historicamente na ação do Estado. *Revista Semiárido De Visu*, V. 12, n. 1, p. 493-500, mar. 2024. ISSN 2237-1966.

ROCHA, Maria Ap. dos Santos. **A Educação brasileira antes da Independência**. IN.: PALMA FILHO, J. C. (organizador) *Pedagogia Cidadã - Cadernos de Formação - História da Educação - 3. ed.*. São Paulo: UNESP- Pró-Reitoria de Graduação/ Santa Clara Editora, 2005. Disponível em: 1. *A Educação Pública Antes da Independência.pdf* (ifes.edu.br)

SUSSEKIND, Maria Luiza. **Conversas complicadas com os currículos e os cantos dos Estados-Nação**. In: *Momento: diálogos em educação*. E-ISSN 2316-3100, v. 28, n. 2, p. 269-277, mai./ago., 2019.